

SAÚDE PÚBLICA E ASSISTÊNCIA NA BAHIA DA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX: O PROTAGONISMO DOS MÉDICOS E DAS MULHERES DA ELITE

CHRISTIANE MARIA CRUZ DE SOUZA*

Através dessa comunicação pretende-se analisar o papel da filantropia no processo de constituição de uma rede de assistência à saúde na Bahia, na primeira metade do século XX. Esse é um período de progressiva expansão nos serviços de saúde, tanto estatais como beneficentes, resultado da progressiva intervenção do Estado e da atuação das sociedades de auxílio mútuo, do protagonismo dos médicos, assim como da participação das mulheres, não só como consumidoras de bens de saúde, mas, também, como importantes agentes de diversas medidas.

Estudos sobre este campo implicam numa análise do funcionamento estrutural do poder, na tentativa de compreender a atuação dos poderes instituídos. Embora esse seja um ponto de contínuo interesse e que, obviamente, perpassa a presente discussão, objetiva-se refletir aqui sobre papel da filantropia no processo de coletivização dos bens de saúde na Bahia. O foco desse trabalho direciona-se para os médicos que, em ação conjunta com seus pares e/ou com as mulheres da elite, contribuíram para a constituição de bens de saúde de caráter privado, mas com função pública.

A análise aqui apresentada não se prende ao recorte temporal apresentado – a primeira metade do século XX –, recua ou avança no tempo, considerando diferentes contextos: o período Imperial, período em que a assistência à saúde era vista mais como um ato caritativo que um dever do Estado; a Primeira República, período em que são demarcadas as atribuições da União, do estado e do município, no campo da saúde; e a Era Vargas, período de expansão da rede de assistência, resultante da centralização das ações e progressiva intervenção do Estado na saúde.

Além do contexto, esse trabalho apresenta uma reflexão sobre a motivação e a ideologia dos atores envolvidos. Não se pode ignorar que, no Brasil, a expansão dos

* Professora e pesquisadora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia. Professora colaboradora do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências (UFBA/UEFS).

Doutora em História das Ciências, pela Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz.

serviços de assistência e saúde pública sofreram a influência das ideologias de civilização e progresso e do nacionalismo, em suas diferentes fases e faces.

Na Bahia, a preservação da saúde passou a representar um sinal de civilização e progresso social, especialmente, a partir da chegada da Corte portuguesa. Todavia, as intervenções dos poderes públicos no intuito de melhorar a salubridade da província se tornaram mais pontuais depois do abalo provocado pela epidemia de cólera (1855), que causou grande número de mortes, desabastecimento da capital e crise econômica. As ações eram incipientes, limitadas pela conjuntura política, econômica e sociocultural.

O modelo liberal adotado pelo Império previa a intervenção dos poderes públicos somente em períodos de calamidade, como os de epidemia. Após a epidemia de febre amarela em 1849, por exemplo, o governo provincial criou, em 1853, com recursos do governo imperial, o Hospital de Isolamento, que seria um espaço permanente de assistência aos portadores de doenças transmissíveis. Este, entretanto, só funcionava nas quadras epidêmicas, dentre outras coisas, devido à falta de dotação orçamentária para a sua manutenção.¹

Além da alegada falta de recursos, a assistência à saúde era vista pelos governantes mais como um ato caritativo que um dever do Estado. Cabia à sociedade a tarefa de organizar-se para atender às suas próprias necessidades e, numa sociedade de forte tradição cristã, a oferta de assistência aos despossuídos era um encargo dos mais abastados.

Grande parte das ações assistencialistas do período era dirigida pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, cujas obras pias ofereciam amparo aos órfãos, velhos, loucos, mendigos, doentes e presos, proporcionando, também, serviços fúnebres aos irmãos e desvalidos. Fundado nos primórdios da colonização, o hospital da Irmandade foi, por muitos séculos, a mais importante instituição de saúde da Bahia.² Apesar do seu caráter privado, a instituição acolhia os desvalidos que a ela recorriam, recebendo, para tanto, subvenção pública.

¹ Outro aspecto a se considerar é que as políticas públicas de saúde sofrem a influência das teorias biomédicas em vigor. Mas esse é um aspecto aprofundado em outros trabalhos. Cf. Souza (2009).

² Data desse período, também, a criação do hospital da Real Sociedade Portuguesa de Beneficência Dezesseis de Setembro, fundado em 1866, para atender à comunidade portuguesa residente ou de passagem pela Bahia.

Muitas dessas ações assistencialistas se restringiam à segregação dos indivíduos que representavam algum tipo de risco social. Naquela altura, havia maior preocupação em impedir o consumo em comum das mazelas sociais, que propriamente sanar esses males. Contudo, os momentos de crise desencadeados pelas epidemias provocavam, entre as elites, crescente percepção de que os efeitos externos da pobreza afetavam coletivamente os mais prósperos.¹ Além de roubar braços ao trabalho, as doenças atingiam tanto ricos quanto pobres. Contudo, a existência ou a percepção desses efeitos externos não era suficiente para que os cuidados com a saúde se tornassem um bem público, compulsório e permanente.

Esse quadro começa a mudar muito lentamente, nas primeiras duas décadas do século XX. Nesse período, a Bahia ainda sofria o assédio contínuo de doenças como a febre amarela, a cólera, a peste bubônica, a varíola, a gripe, a malária. A precariedade do quadro sanitário era vista pelas elites como um fator de atraso. A imprensa, os espaços acadêmicos e políticos eram palcos de permanente debate sobre as fragilidades das ações empreendidas e sobre os problemas que envolviam a questão.

Crescia, entre os mais abastados, a percepção de que nem os mecanismos de segregação dos despossuídos, nem o assistencialismo, impediam que as doenças, especialmente as epidêmicas, se propagassem e, indiscriminadamente, atingissem pobres e ricos. Era preciso promover mudanças efetivas nos serviços sanitários do estado para que atingissem a população como um todo.

A Constituição de 1891, promulgada com o advento da República, estabelecia que cada unidade federada deveria “prover, a expensas próprias, as necessidades de seu Governo e administração”.² O combate às doenças epidêmicas passava a ser uma responsabilidade do estado, a União só interviria em casos de calamidade pública, se solicitada.

Diante disso, sucessivos governadores da Bahia se esforçaram para construir uma estrutura mínima de saúde, para fazer frente às epidemias que irrompiam, continuamente, no estado. Até as primeiras décadas do século XX, grande parte dos

¹ A análise aqui apresentada se baseia no modelo de análise construído por Swaan (1988) para compreender o processo de coletivização dos bens de saúde, aplicado à realidade brasileira por Hochman (1993).

² Veja o Art. 5º das Disposições Preliminares da Constituição de 1891.

recursos do governo estadual eram direcionados para a constituição de equipamentos de saúde voltados para a profilaxia, diagnóstico e tratamento das doenças epidêmicas.

No vazio deixado pelo estado, floresceram as ações filantrópicas. A ação da filantropia não se pautou apenas em função de demandas locais ou dos deveres caritativos próprios de uma sociedade de tradição católica. Tais ações refletiam as transformações ocorridas na sociedade, como também os avanços da medicina e das teorias biomédicas, seguindo, nesse ponto, tendências internacionais.

Imbuídos dos deveres caritativos e atentos às demandas da sociedade, os médicos baianos também procuravam garantir a prática dos conhecimentos em circulação na academia. Sintonizados com os estudos e experimentos em desenvolvimento nos centros científicos da América do Norte e do Velho Mundo, procuravam inserir-se em campos de estudos de amplitude internacional, lutando para solidificar posições no cenário acadêmico e profissional, em um contexto de crescente especialização da medicina.

Tal aconteceu em relação à tuberculose. Em 1891, o médico João Gustavo dos Santos, que estudara na Europa o método de Koch, se empenhou para que o Hospital Santa Isabel criasse enfermarias destinadas ao tratamento dos tuberculosos. A solicitação enfrentou a oposição da provedoria da Santa Casa e o projeto de Santos não se concretizou. (Rodrigues, 1891: 548-557)

O movimento contra um dos maiores flagelos da Bahia ganhou fôlego novo após o retorno de Joaquim Matheus dos Santos de Berlim, onde havia participado do Congresso de Tuberculose. O médico procurou sensibilizar seus pares, apresentando-lhes a planta de um hospital especializado no tratamento da tuberculose. Esse projeto também não se realizou. (Silveira, 1994: 37-40)

Ainda que as propostas de Silva não se concretizassem de imediato, a semente estava plantada. Em 1900, Ramiro de Azevedo, junto com alguns professores da Faculdade de Medicina da Bahia, fundava a Liga Bahiana contra a Tuberculose, com o objetivo de estudar a doença, divulgar medidas profiláticas, arrecadar recursos para a fundação de sanatórios. Em 1900, Ramiro de Azevedo, junto com alguns professores da Faculdade de Medicina da Bahia, funda a Liga Bahiana Contra a Tuberculose. Em 1907, a Liga iniciou a construção de um dispensário, contando, para isso, com donativos da sociedade e subsídios do estado. Contudo, o dispensário só foi inaugurado, em 1919,

após expressiva contribuição do governo estadual, e só começou a funcionar em 1921, mediante subvenção, por contrato renovável, do Departamento Nacional de Saúde Pública. (Silveira, 1994:37-40) Apesar do elevado número de óbitos, a tuberculose não conseguia mobilizar a sociedade ao ponto de serem constituídas políticas públicas amplas, duradouras e eficazes em relação à doença.

No início do século XX, era a assistência materno-infantil que ocupava lugar de destaque na agenda dos médicos e filantropos. Investir na infância era garantir o futuro da Nação. Assim, no 1º Congresso Nacional de Assistência Pública e Privada, ocorrido no Rio de Janeiro em 1908, essa questão ganhou maior relevância e foram propostas ações de assistência focada nessa área. Para os especialistas, os cuidados com a criança deveriam se estender do seu nascimento até os primeiros anos de vida.

Foi nesse contexto que os médicos Alfredo de Magalhães e Joaquim Augusto Tanajura, apoiados por mulheres da elite local criaram em setembro de 1903, o Instituto de Proteção e Assistência à Infância (IPAI-BA). Logo após a fundação do Instituto, o Dispensário Infantil começou a funcionar, oferecendo atendimento clínico, cirúrgico, oftalmológico, odontológico, além dos serviços de farmácia e de vacinação contra a varíola. (Freire, 2010:127)

O movimento de proteção materno-infantil ganha amplitude. Em 1916, os médicos Alfredo de Magalhães e José Gabriel de Lemos Britto representaram o estado no 1º Congresso Americano da Criança, realizado em Buenos Aires, apresentando trabalhos relativos à assistência infantil. (Moniz de Aragão, 1916, p. 38) Em 1923, criou-se o Hospital Alfredo Magalhães, por iniciativa do médico homônimo, e no mesmo ano, o médico Álvaro Pontes Bahia idealizou e fundou a Liga Baiana Contra a Mortalidade Infantil, ao lado dos médicos Martagão Gesteira, Álvaro Rocha, Durval Gama, Hélio Ribeiro e Carlos Levindo.

Seguindo essa tendência, em 1903, o médico e professor da Faculdade de Medicina, Climério de Oliveira, juntou-se a algumas damas da elite para arrecadar fundos para construir uma maternidade em Salvador. O trabalho voluntário exercido pelas mulheres no campo da assistência reforçava estereótipos construídos por uma visão tradicional dos papéis femininos, que era o de ser esposa e mãe. O engajamento em projetos assistenciais era um símbolo de status e proporcionava, também, alguma satisfação pessoal para as moças e senhoras da elite baiana. Possibilitava-lhes

oportunidades de sociabilidade e maior contato com o universo masculino. De outro lado, revelou-lhes realidades diferentes da que vivenciavam, exigindo-lhes deliberação em questões que extrapolavam o universo familiar. (Leite, 1997:110-113)

Sem escapar das marcas de representação que as colocava como as tradicionalmente responsáveis por educar, cuidar, confortar e acolher, as mulheres organizaram associações e entidades assistenciais que defendiam problemas circunscritos no universo feminino tais como a maternidade e a infância e as doenças de mulheres. Educadas dentro de forte tradição cultural cristã, as mulheres da elite baiana, individual ou coletivamente, atenderam, no decorrer dos séculos, aos apelos da Igreja e às demandas da sociedade, oferecendo auxílio material e conforto espiritual aos desvalidos.

As atividades promovidas pelo Comitê de Senhoras, os donativos dos mais abastados, além da importante contribuição da Santa Casa, que doou o terreno para a construção da maternidade, permitiram que a maternidade fosse inaugurada em 1910, recebendo o nome de seu idealizador – Maternidade Climério de Oliveira. (Amaral, 2005) Concretizava-se, assim, antigo projeto do médico – as aulas práticas de ginecologia e obstetrícia seriam ministradas na maternidade/escola, ligada à Faculdade de Medicina, o que contribuiria para aprofundar os estudos e melhorar a qualidade do ensino dessas especialidades médicas. Assim, ao tempo em que propiciava atendimento gratuito às mulheres de poucos recursos financeiros, acompanhando-as em todos os estágios da maternidade – gestação, parto e puerpério –, a maternidade seria um espaço voltado para o estudo e tratamento das doenças ginecológicas.

O projeto de construir um hospital-escola, com instalações e equipamentos apropriados para as pesquisas de laboratórios e as aulas práticas das diversas especialidades médicas, também era um sonho acalentado pela Congregação da Faculdade de Medicina da Bahia - FMB. Esse projeto começou a materializar, mesmo de forma tímida em 1927, na gestão de Augusto Vianna (1908 e 1930), quando foi inaugurado o Ambulatório Augusto Vianna. Embora, por falta de recursos financeiros, o projeto de construir um hospital geral ter sido adiado, o ambulatório dispunha de laboratórios de patologia geral, de prótese dentária, de física biológica e de química analítica, consultórios, gabinete de radiologia e centro cirúrgico. Nesse espaço, os

médicos que integravam os quadros da FMB passaram a desenvolver atividades docentes e de assistência à população carente.

As aulas práticas de ginecologia e a obstetrícia continuavam sendo ministradas na Maternidade Climério de Oliveira, assim como as de psiquiatria, que seguiam funcionando no Hospício São João de Deus. Aos poucos a Faculdade de Medicina ia conseguindo superar a dependência em relação ao Hospital da Santa Casa. Nessa altura, Salvador possuía mais de 300.000 habitantes e, segundo o depoimento de algumas das autoridades médicas da época, os leitos disponibilizados pelo Hospital Santa Isabel não eram suficientes para atender a população carente do estado e a Santa Casa não dispunha de recursos para ampliar as suas instalações. (Guimarães, 1932: 3)

Em conformidade com do espírito ufanista e nacionalista que vigorava na época, a imprensa conclamava todos os baianos – “homens de fortuna”, “classes proletárias”, o clero, “altivos auxiliares do comércio”, estudantes, mulheres, etc. – a se congregarem para erguer um novo hospital “para a Bahia, terra-mater da Nacionalidade”. (Tavares, 1934:2) O que mobilizava a sociedade era a construção do hospital-escola da Faculdade de Medicina da Bahia, projeto acalentado pela comunidade acadêmica desde finais da década de 1910.

Alunos e professores da Faculdade de Medicina da Bahia atenderam de pronto ao apelo divulgado nos meios de comunicação. Logo circulavam por Salvador “livros-de-ouro” com a finalidade de arrecadar doações em dinheiro para construção do hospital.

O governador Juracy Magalhães também se mostrou favorável à construção do Hospital. O artigo 8º do decreto nº 8899 de 1934, que criou a *Federação das Obras de Protecção e Assistencia Sociaes do Estado da Bahia* com a finalidade de dirigir e supervisionar as ações assistenciais voltadas para as classes menos favorecidas do estado, determinava a construção do Hospital das Clínicas, anexo à Faculdade de Medicina. (Costa Pinto, 1934:1-3)

Dois anos depois, o governador valeu-se do seu prestígio junto ao Governo Federal para conseguir que 50% da renda arrecadada pela Caixa de Federação, até atingir um total dois mil contos de réis, fosse destinada à construção das primeiras instalações do hospital. Inaugurado em 1948, mas de dez anos depois, o Hospital das Clínicas, tornou-se nas décadas seguintes, um espaço de referência na Bahia, com

capacidade de atender com qualidade e eficiência as camadas mais desvalidas da sua população.

Tal como o Hospital das Clínicas, o projeto de construção do Instituto de Câncer da Bahia leva décadas para se concretizar. Idealizado na década de 1930, o primeiro pavilhão do hospital só será inaugurado em 1952, depois de ultrapassadas dissensões internas, crises políticas e financeiras e consequentes períodos de inatividade.

Longo foi o percurso para transformar do câncer de problema médico em “questão social relevante”, conforme afirmava, na década de 1940, o professor Estácio de Lima. O câncer era uma doença silenciosa que demandava a atenção dos médicos e da sociedade em geral. Como não era uma doença de notificação obrigatória, não aparecia nas estatísticas oficiais. Só na década de 1920, após a Reforma Carlos Chagas, o Departamento Nacional de Saúde Pública estabelece a obrigatoriedade da notificação dos casos da doença. Assim, até a década de 1910, a incidência da doença na Bahia não era tratada como uma questão de saúde pública.

A doença chamou a atenção do médico Aristides Maltez quando este ainda estudava na Faculdade de Medicina da Bahia. O interesse se intensificou após a conclusão do curso, em 1908. É provável que, durante o curso de especialização em Ginecologia, realizado no Hospital Presbiteriano de Nova Iorque, Aristides Maltez tenha tido acesso às teorias sobre a doença em circulação nos meios científicos dos Estados Unidos e Europa desde os primeiros anos do século XX.

Em contato com pacientes afetadas pelo câncer do colo do útero na sua prática diária como ginecologista, Aristides Maltez conhece o sofrimento dos doentes e percebe as dificuldades existentes para o tratamento da doença. Nesse período, os estudos sobre a doença ainda estavam no início e o Hospital da Santa Casa, que atendia gratuitamente pessoas acometidas por enfermidades diversas, não dispunha de leitos suficientes nem enfermaria específica para acolher um número crescente de mulheres acometidas pela doença.

Ciente de que grande parte dos recursos do governo estadual destinava-se ao combate as doenças epidêmicas que assolavam a Bahia, Aristides Maltez buscou o apoio dos seus pares para criar um espaço específico para a pesquisa e tratamento gratuito do câncer. A fundação da Sociedade de Ginecologia da Bahia, em 1932, foi o primeiro passo dado nesse sentido. Anos depois, em sessão extraordinária da Sociedade

realizada em 1936, médicos e outros membros da elite baiana criavam a Liga Bahiana Contra o Câncer – LBCC, com o objetivo de promover a educação profissional e pública, e criar o Instituto de Câncer da Bahia. (Maltez, 1957:7-8)

Nessa ocasião, os médicos baianos já possuíam prestígio social e político. O projeto da LBCC conseguiu mobilizar a sociedade. Nesse período, questões sociais e assistenciais relacionadas ao universo feminino figuravam na agenda das mulheres da elite e as esposas dos médicos envolvidos nesse projeto, bem como outras integrantes da sociedade baiana, se engajaram de pronto na Liga.

Aristides Maltez esperava, também, sensibilizar o então governador do estado, Juracy Magalhães. (Maltez, 1957: 8) Contudo, logo se seguiu um período conturbado pela renúncia de Juracy Magalhães, contrário ao golpe de Estado perpetrado por Getúlio Vargas, e pela posterior ascensão do interventor Landulfo Alves ao governo da Bahia. (Sampaio, 2006: 28 -30) Esses fatos desorientaram e desmobilizaram os integrantes da LBCC, que só retomaram inteiramente alguns anos depois.

Períodos de altos e baixos se sucederam a partir de então. Em 1941, Landulpho Alves, Interventor do Estado, emitiu um bônus do Tesouro Estadual em favor da LBCC, que somado aos fundos arrecadados pela Liga, permitiu a aquisição do local onde seria construído o Instituto de Câncer da Bahia. A morte Aristides Maltez, em janeiro de 1943, paralisou momentaneamente os trabalhos da LBCC. Logo, porém, os trabalhos são retomados, estimulados pela conjuntura favorável resultante da redemocratização do país e da prosperidade econômica experimentada pela Bahia, alavancada pela estabilidade na produção e exportação cacaueteira. Contribuições financeiras significativas e a isenção dos direitos de importação e taxas aduaneiras, concedida pela Câmara dos Deputados para o cimento necessário à construção, aceleraram a obra. O então governador, Otávio Mangabeira, dotou a LBCC da quantia de um milhão de cruzeiros a serem pagos em quatro parcelas a partir do ano de 1949, entretanto, os recursos só foram liberados no governo seguinte. (Sampaio, 2006:48)

Em 1950, o governo Vargas destinou 100 milhões de cruzeiros do orçamento da União para o combate do câncer no país e, desse total, seis milhões foram destinados à LBCC. Na Bahia, o governador Régis Pacheco, também se mobilizou e liberou os recursos previstos por seu antecessor, sob a forma de apólices do Fomento Econômico. (Sampaio, 2006:50) Com a injeção desses recursos, a Liga pode, enfim, inaugurar o

primeiro pavilhão do hospital, no dia 2 de fevereiro de 1952, passou a chamar-se Hospital Aristides Maltez – HAM, em homenagem ao seu idealizador.

Fica evidente a natureza complexa das relações das instituições filantrópicas com os poderes instituídos. Apesar do seu caráter privado, as instituições dependiam dos subsídios públicos. Como contrapartida, ofereciam atendimento gratuito às camadas mais pobres da população, tornando-se, assim, permeáveis, os limites entre o público e o privado.

Enfim, durante esse período, os poderes públicos apoiaram financeiramente as instituições filantrópicas, criaram algumas instituições e incorporaram outras, alargando o campo de atuação do Estado. Todavia, a progressiva intervenção dos poderes públicos no âmbito da saúde, não anulou a importante contribuição da filantropia no processo de constituição de uma rede de assistência à saúde na Bahia, na primeira metade do século XX.

Referências

AMARAL, Marivaldo Cruz do. Da comadre para o doutor: a Maternidade Climério de Oliveira e a nova medicina da mulher na Bahia republicana (1910-1927). 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2005.

ATHAYDE, Johildo Lopes de. Salvador e a grande epidemia de 1855. Salvador: UFBA: Centro de Estudos Baianos; 1985.

BAHIA. Decreto n. 4.144, de 20 de novembro de 1925.

BAHIA. Lei n. 1.811 de 2 de julho de 1925.

BARRETO, J. B. A Organização da saúde pública no Brasil. *Arquivo de Higiene*, 12(2): 169-215, 1942.

BRASIL. Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (De 24 de Fevereiro de 1891). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao91.htm

COSTA PINTO, José de Aguiar. “Pelo Hospital das Clinicas. Falou, hontem, ao microphone o Director da Faculdade de Medicina.” *Diário da Bahia*, 10.04.1934, p.1-3.

DAVID, Onildo Reis. O inimigo invisível: epidemia na Bahia no século XIX. Salvador: EDUFBA; 1996.

FREIRE, Maria Martha de Luna. Os filantropos da Nação: Alfredo Magalhães e a assistência à infância na Bahia. *Gaz. Méd. Bahia* 2010; 80:1(Jan-Abr):117-128.

GUIMARÃES, Constantino. “Bahia e mais um hospital”. *A Tarde*, 19.07.1932, p.3.

HOCHMAN, G.. Regulando os efeitos da interdependência: Sobre as relações entre saúde pública e construção do Estado (Brasil 1910-1930). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.6, n.11, p.40-61, 1993.

LEITE, Márcia Maria da Silva Barreiros. Educação, cultura e lazer das mulheres de elite em Salvador, 1890-1930. 1997. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1997.

MALTEZ, Ruy de Lima. “Esboço Histórico da Campanha Contra o Câncer na Bahia.” *Arquivos de Oncologia*, Salvador, 1957, p. 8-25.

MONIZ DE ARAGÃO, A. F. *A Bahia e os seus Governadores na República*. Salvador: Imprensa Oficial do Estado, 1916.

NASCIMENTO, Anna Amélia Vieira. Dez freguesias da cidade do Salvador: aspectos sociais e urbanos do século XIX. Salvador: Fundação Cultural do Estado da Bahia; 1986.

RODRIGUES, Raimundo Nina. A epidemia de influenza na Bahia em 1890. *Gazeta Médica da Bahia*, 22: 548-557, 1891.

SAMPAIO, Consuelo Novais. 70 Anos de Lutas e Conquistas: Liga Bahiana Contra o Câncer. Salvador: LBCC, 2006.

SILVEIRA, JOSÉ. Uma doença esquecida; a história da tuberculose na Bahia. Salvador: Universidade Federal da Bahia, 1994.

SOUZA, Christiane M^a Cruz de. A gripe espanhola na Bahia: saúde, política e medicina em tempos de epidemia. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz/Salvador: EdUFBA; 2009.

SWAAN, Abram de. *In care of the state*. Cambridge: Polity Press; 1988.

TAVARES, J. Berbert. “O Hospital das Clinicas da Bahia.” *Diario da Bahia*, 13.04.1934. p. 2.